

MOGADOURO

(Mogadouro)

A primeira referência documental conhecida para o castelo de Mogadouro remonta a 1145, quando Fernão Mendes de Bragança doou Mogadouro, Penas Róias e Longroiva à ordem do Templo e ao seu Procurador, D. Hugo de Martónio. Fernão Mendes de Bragança era tenente das Terras de Bragança e de Lampaças, cargo que manteve até aos finais de 1145. A doação de Longroiva ocorreu a 10 de junho desse ano. As referências às doações de Mogadouro e de Penas Róias, contidas nas Inquirições de 1258, são omissas no que respeita à data. Apenas se diz: ... *Pena Roya fuit Domni Regis ... quod Dominus Fernandus Menendi dedit eam ordinj Templo quando tenebat Terram de manu Domni Regis...* e ... *Mugadoyro fuit Domni Regis... Dominus Fernandus Menendi dedit eam Ordinj Templi quando tenebat Terram ...* É provável, no entanto, que as doações de Mogadouro e de Penas Róias tenham sido assinadas na mesma altura que a de Longroiva. Esta tripla doação criou um segundo domínio territorial dos Templários em Portugal. Com efeito, até então, os freires tinham um património concentrado na área a sul de Coimbra, em torno de Soure, Ega e Redinha. Agora, por força da doação do *Bragança*, receberam três castelos na zona leste do território do reino – um na Beira, dois em Trás-os-Montes. Esta doação, que foi seguramente realizada com conhecimento do monarca (uma vez que Fernão Mendes de Bragança era cunhado de D. Afonso Henriques, por ser casado com Sancha Henriques), não esteve isenta de polémica. O seu sucessor, D. Sancho I, encetou várias medidas para recuperar o controle dos territórios transmontanos. Em 23 de janeiro de 1197 entregou a vila de Idanha-a-Velha aos Templários, recebendo em troca os castelos de Mogadouro e de Penas Róias. E a 5 de julho de 1199 confiou

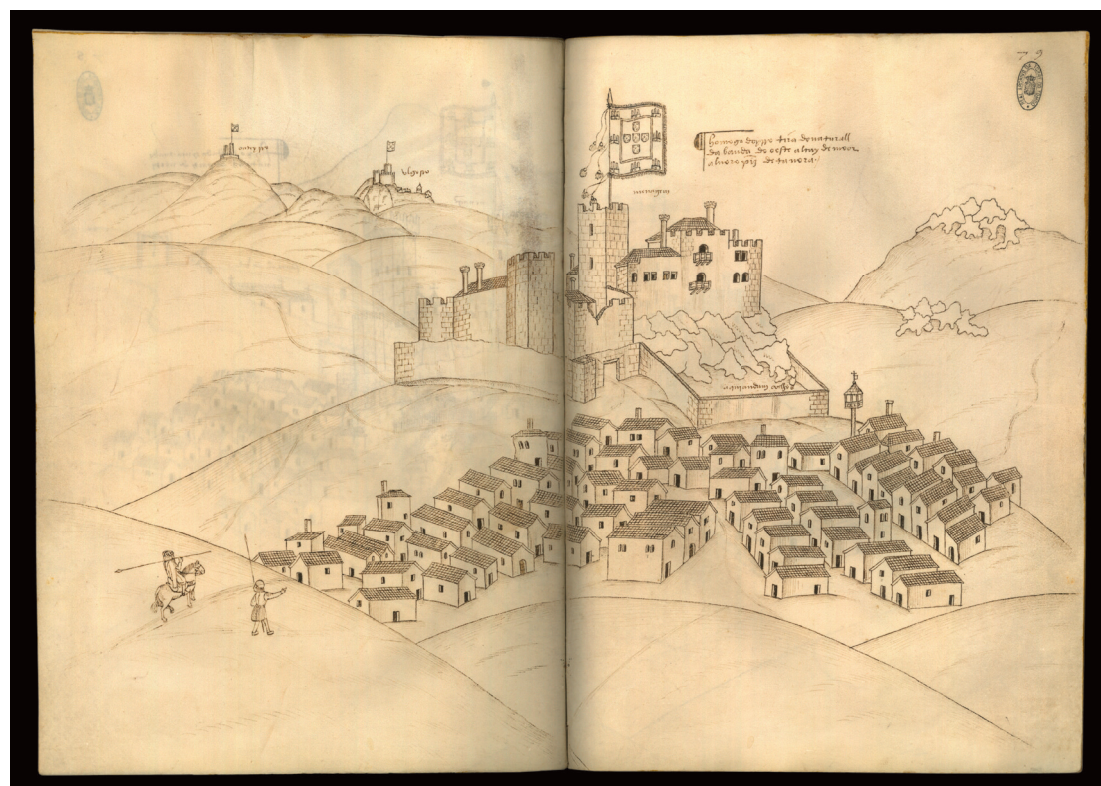
Vista geral do castelo de Mogadouro a partir de sul



aos freires a *herdade* de *Açafa* (um vasto domínio na zona de Vila Velha de Ródão, confinante com a margem norte do Tejo), em troca das igrejas de Mogadouro e de Penas Róias. O monarca empreendeu, por isso, uma política sistemática para reaver os bens transmontanos de Mogadouro e Penas Róias. No entanto, este regresso à posse da coroa parece ter sido efémero, porque um documento de julho de 1223 confirmava que os moradores de Mogadouro deviam pagar o dízimo à ordem do Templo. Nos meados do século XIII conhecem-se vários diplomas referentes à comenda de Mogadouro, na posse dos Templários. Em 18 de abril de 1253 Fr. Martim Pais era seu comendador. Os problemas em torno da posse destes castelos seriam esclarecidos em 1272. Com efeito, num diploma da Chancelaria de Afonso III regista-se, a 9 de setembro de 1272, a entrega dos castelos de Mogadouro e de Penas Róias ao rei, pondo termo a uma contenda entre os freires do Templo e a coroa. Alegava o monarca que os Templários tinham assinado, em 1195, o escambo com D. Sancho I, recebendo Idanha-a-Velha das mãos da coroa, em troca dos castelos de Mogadouro e de Penas Róias. Alguns meses mais tarde, a 12 de maio de 1273, os pretores das duas vilas transmontanas recebiam nova missiva do monarca a confirmar a sentença proferida, na cúria, sobre a posse régia dos dois castelos. Foi na sequência do primeiro destes diplomas que D. Afonso III outorgou, a 27 de dezembro de 1272, o primeiro foral régio a Mogadouro. Nesse mesmo dia assinava um pequeno diploma pelo qual estendia os mesmos privilégios aos habitantes de Penas Róias. Um ano volvido, o mesmo monarca haveria de assinar um segundo Foral a Mogadouro, datado de 18 de novembro de 1273, procedendo de igual forma em relação a Penas Róias. Os destinos das duas povoações andaram, assim, sempre de mãos dadas. Mas, se os problemas em torno da posse dos castelos parecem ter ficado resolvidos, já as questões envolvendo as igrejas e os direitos eclesiásticos permaneceram. Em 1307 a ordem do Templo foi extinta e os direitos eclesiásticos transitaram, depois, para a ordem de Cristo, sucessora dos templários. Em 1320, quando a igreja de Mogadouro já estava na posse da ordem de Cristo, rendia 1.000 libras (*quondam Templi et mensse magistri milicie Jehsu Christi ad mille libras*).

Em 1361 a vila de Mogadouro já tinha o seu contingente de besteiros do conto e o respetivo Anadel, a quem D. Pedro I confirma os privilégios. D. Fernando aumentou o número de

Vista do castelo de Mogadouro nos inícios do século XVI, tomada de oeste, segundo o Livro das Fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, escudeiro da Casa do rei D. Manuel I (ANNT. Códices e documentos de proveniência desconhecida, nº 159, fls. 78v-79. PT/TT/CF/159. Imagem cedida pelo ANTT)



besteiros para 30, número que continuava em vigor no reinado de D. João I, quando o monarca confirmou os seus privilégios, em 16 de setembro de 1386.

Em 1382 D. Fernando doou a vila de Mogadouro ao nobre castelhano Fernando Afonso de Zamora, mas a doação durou pouco tempo, terminando logo de seguida, com a crise dinástica de 1383-85, altura em que deve ter regressado à posse régia. Em 21 de outubro de 1401 D. João I entregou Mogadouro, juntamente com Alfândega da Fé, Mirandela e a Terra de Panóias, a Pedro Lourenço de Távora, inaugurando assim uma longa ligação desta família nobre a Mogadouro. Durante sete gerações a vila permaneceu ligada aos Távoras. Em 20 de novembro de 1433 era detida pelo seu filho, Álvaro Pires de Távora. Sucedeu-lhe o filho, homónimo do avô, Pedro Lourenço de Távora. Depois chegou às mãos de Álvaro Pires de Távora, quarto titular (homónimo do segundo). Nos inícios do século XVI, em 1507, quando se realiza uma Visitação aos bens da ordem de Cristo, o comendador era Álvaro Pires de Távora, que continuava a desempenhar o cargo em 1509-10, quando Duarte de Armas passou por Mogadouro no âmbito do seu levantamento para o *Livro das Fortalezas*. Nessa altura a vila já tinha o seu pelourinho manuelino, que o Escudeiro Régio desenhou. Na Visitação de 1507 regista-se uma breve descrição do castelo de Mogadouro:

Dentro no castello da dicta villa do mogadoiro estaa huua casa que se diz seer jaa em outro tempo apousentamento do prior e ora he estrebaria d alvaro pirez de tavora, e parte ao levante e ponente com casas do dito alvaro pirez. Ao aguam entesta no muro. E ao abrego parte com o patio do dicto castello. He terrea e leva de longo quatro varas e mea de medir pano e outras tantas de largo.

Infelizmente, como se pode verificar, a descrição do castelo de Mogadouro é muito mais sumária do que acontece com outras fortificações que foram objeto da mesma Visitação. Em 4 de Maio de 1512 a vila recebeu Foral Novo de D. Manuel I. E em 1527, quando se organiza o *Numeramento Geral* do Reino, o castelo ainda era habitado: *A villa de Mogadouro tem hu castello onde vyve Luis Alvarez de Tavora, senhor da dita villa, com direitos e rendas, e vivem na dita villa 192 moradores*. Trata-se do primeiro de três nobres que, com o mesmo nome, administraram Mogadouro até ao domínio filipino. O facto de terem utilizado o castelo para sua residência explica que, ainda nas Memórias Paroquiais de 1758, a estrutura militar fosse designada como o “Palácio dos Marqueses de Távora”. Mas logo no ano seguinte, em 1759, com a conclusão do “Processo dos Távoras”, os bens da família seriam confiscados e o castelo de Mogadouro regressaria à posse da coroa, passando o seu palácio a ser utilizado como residência dos Juizes de Fora. Na Real Academia de la História, em Madrid, conserva-se uma planta da vila de Mogadouro, desenhada em 1762, no âmbito da *Guerra Fantástica* ou *Guerra do Mirandum*, quando a zona de Trás-os-Montes foi invadida pelas forças espanholas do Marquês de Sarriá. Em 1834 a comenda de Mogadouro foi extinta e o cargo de Juiz de Fora desapareceu. O castelo entrou em rápida degradação. Logo em 1835 verificou-se o abatimento do teto do salão grande, o que marcou o início do processo de ruína. Mais tarde, a Câmara autorizou a retirada de pedra, o que potenciou o desmonte da estrutura, explicando o estado em que ela chegou aos nossos dias.

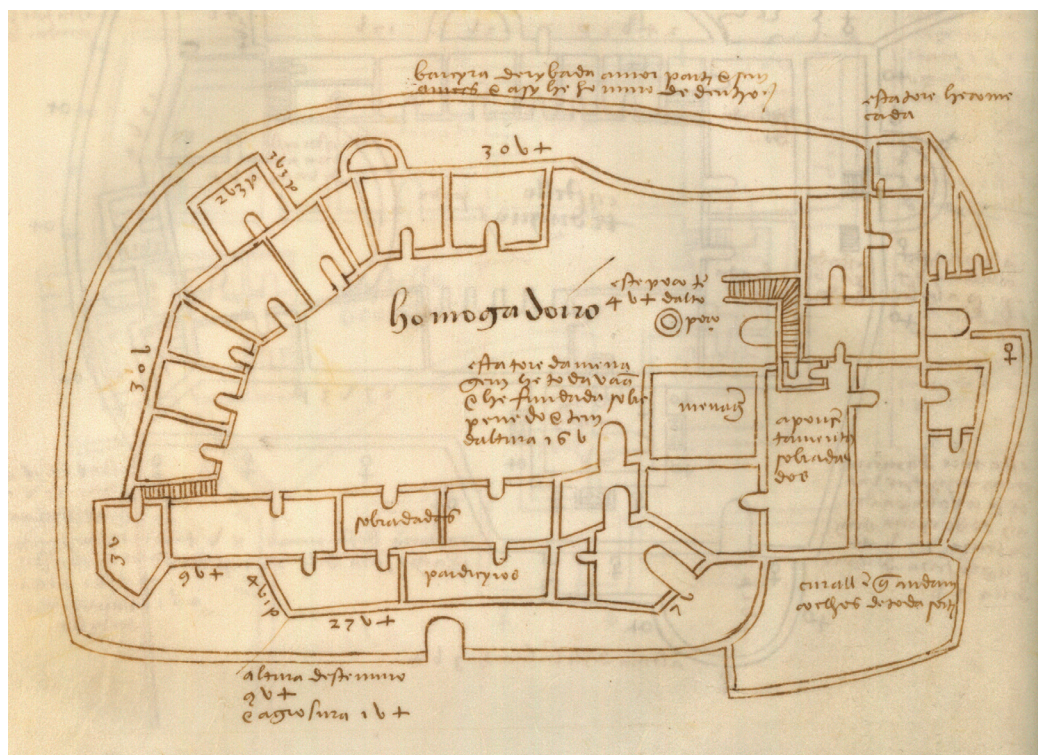
Castelo de Mogadouro

O CASTELO foi construído no ponto mais destacado da vila de Mogadouro, a uma cota absoluta de 753 m, ocupando os afloramentos rochosos. Em relação ao atual desenvolvimento urbano de Mogadouro, o castelo ocupa uma posição descentrada, deslocado para o extremo ocidental da povoação, na zona onde o próprio traçado das ruas denuncia a ocupação mais antiga. Na

Época Moderna a vila espraçou-se para leste, no sentido do convento de São Francisco que, concluído em 1689, se assumiu como o novo polo de desenvolvimento urbano. O castelo de Mogadouro foi desenhado por Duarte de Armas, no *Livro das Fortalezas do Reino*, com duas vistas de cavalete (Código A, Lisboa, ANTT; e Código B, Madrid, BNE) e uma planta parcial, apenas da área militar (Código A,



Vista do castelo de Mogadouro nos inícios do século XVI, tomada da parte de leste, segundo o Livro das Fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, escudeiro da Casa do rei D. Manuel I (ANNT. Códices e documentos de proveniência desconhecida, nº 159, fls. 79v-80. PT/TT/CF/159. Imagem cedida pelo ANTT)

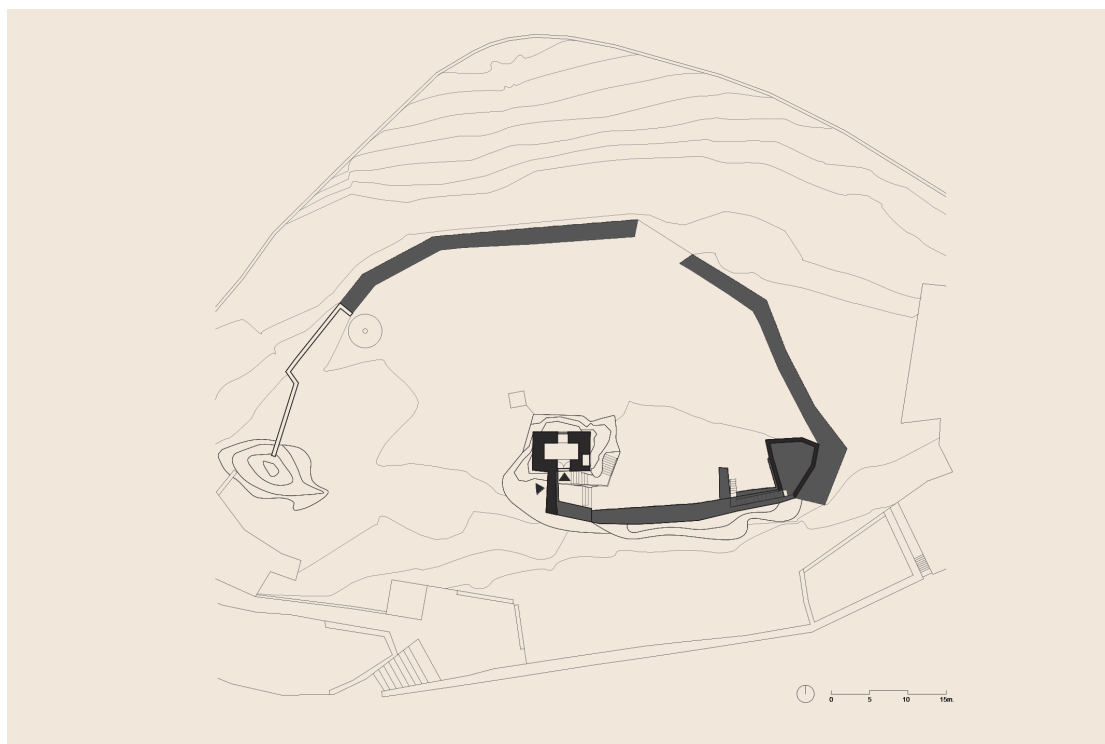


Planta do castelo de Mogadouro nos inícios do século XVI, segundo o Livro das Fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, escudeiro da Casa do rei D. Manuel I (ANNT. Códices e documentos de proveniência desconhecida, nº 159, fl. 129v. PT/TT/CF/159. Imagem cedida pelo ANTT)

Lisboa, ANTT). Estes documentos gráficos, realizados em 1509-10, são fundamentais para a compreensão da estrutura medieval e dos poucos vestígios que conseguiram chegar aos nossos dias. A sua criteriosa análise, cruzada com a observação dos testemunhos arquitetónicos sobreviventes,

serviu de base à proposta de reconstituição 3D ensaiada por Manuel Duarte Ferreira, em 2011. O castelo tinha uma planta poligonal irregular, com uma extensão máxima de 80 m (no sentido oeste-este) e de 38 m (no sentido norte-sul). A sua cerca muralhada desapareceu em quase toda a

Vista aérea do castelo a partir do lado sul (2008, Direção Regional de Cultura do Norte ©, fotografia F. Piqueiro - Foto Engenho Projectos e Serviços de Fotografia, Lda.)



Planta

sua extensão, restando apenas o arranque na zona voltada a sul, correspondente à base exterior do "Paço dos Alcaides". Esta área da alcáçova, que se prolonga desde a torre de menagem até ao limite leste das ruínas arquitetónicas, sofreu uma profunda reforma nos finais da Idade Média, quando

se ergueu aqui o Paço dos Alcaides, mais tarde conhecido como "Palácio dos Marqueses de Távora", e que, na legenda de Duarte de Armas, é designado como os *apousentamentos sobradados*. Esta imponente estrutura residencial era dotada de, pelo menos, dois pisos sobradados e composta por quatro



Perspetiva a partir do lado sudoeste

corpos construídos (três deles bem visíveis nos desenhos de Duarte de Armas, um quarto desenvolvendo-se para norte, em L). Na fachada voltada a sul, onde se individualizam três corpos distintos, o bloco central apresenta duas aberturas dotadas de balcões de madeira. A construção era coroada por ameias e apresentava pelo menos cinco chaminés de canudo, espelhando o requinte e conforto deste paço. Esta estrutura estava voltada para um recinto murado inferior, que se desenvolvia a sul, onde, segundo a legenda do Escudeiro Régio, andavam coelhos. O limite austral desse recinto coincidiria sensivelmente com o atual muro de suporte, junto da rua João de Freitas. Junto ao Paço, coroados os afloramentos rochosos mais destacados, ergue-se a torre de menagem. Na sua fase inicial, quando foi construída, esta torre apresentava-se isolada no pátio do castelo, sensivelmente a meio do recinto (no sentido oeste-este) e próximo da muralha sul. Trata-se de uma torre de menagem de planta retangular, que obedece à tipologia das mais antigas torres de menagem portuguesas (como a de Tomar, a de Longroiva ou a de Ródão, todas fugindo à planta quadrada, depois largamente predominante), e que deve ter sido

erguida pelos Templários por volta de 1172-1174. Apresenta 7 m x 5 m, sendo a largura máxima coerente com as dimensões das mais antigas torres de menagem portuguesas. A torre organizava-se em três pisos (um térreo, fechado, e dois sobradados, dotados de seteiras estreitas, de tipologia arcaica) e era coroada por um adarve com ameias retangulares. Nos inícios do século XVI foi objeto de uma reforma, que introduziu um grande janelão retangular (na parede voltada a norte) e alterou a tipologia da porta de entrada. Foi também esta reforma, manuelina, a responsável pelo aparecimento de troeiras no parapeito do adarve da torre. Articulado com a sua parede sul sobrevive um pequeno pano de muralha com uma porta medieval – a porta que dava acesso aos já mencionados *apousentamentos sobradados* –. Ao longo da sua muralha, o castelo de Mogadouro possuía um torreão pentagonal (no extremo ocidental), outro quadrangular (mais a norte) e um terceiro semi-circular (a leste do anterior). E todo o conjunto foi, no séculos XIV ou XV, reforçado com a construção de uma barbacã extensa. O acesso fazia-se pelo lado leste, por porta enquadada por sistemas defensivos que a reconstituição 3D, proposta por Manuel

Duarte Ferreira, permite compreender melhor. A *torre do relógio*, que ainda hoje se preserva no recinto do castelo, resulta de um acrescento moderno e não tem qualquer relação com a estrutura militar. A sua construção enquadrou-se no programa de renovação da igreja de São Mamede, templo gótico que Duarte de Armas desenhou, dotado de campanário. A igreja foi ampliada nos finais do século XVI, passando a ter três naves, e o programa de reforma completou-se, já no século XVII, com a construção da *torre do relógio*.

O processo de ruína, que se acelerou a partir de 1834-35, potenciado pela criminoso extração de pedra, conduziu o castelo de Mogadouro ao estado em que hoje se encontra. Agravando o processo de desmonte, o seu recinto serviu, ainda, para a implantação da cisterna e da torre do relógio. Os trabalhos de restauro, que a DGEMN empreendeu a partir de 1950, apenas conseguiram sustentar o processo de degradação desta estrutura mediéevica, infelizmente num momento em que este já estava demasiado avançado.

Texto: MJB - Fotos: ANTT/FP/JNG/LFA/MF/MJB/MS
Plano: GM/MF/MS (sobre DRCN/AC/PBi/RP)



Pespetiva a partir do lado oriental (2008, Direção Regional de Cultura do Norte ©, fotografia Luís Ferreira Alves)

Bibliografia

ARMAS, D., 1997, fl. 78v-79, 79v-80 e 129v; BARROCA, M.J., 1996-97, p. 174; BARROCA, M.J., 2001b, pp. 218-219; BARROCA, M.J., 2001c, p. 162; BARROCA, M.J., 2008-09, p. 223; BOISSELLIER, S., 2012, p. 156; CHANC. AF. III, doc. n.º 526 (de 1272, setembro, 09), doc. n.º 538 e doc. n.º 539 (de 1272, dezembro, 27), doc. n.º 545 (de 1273, maio, 12), doc. n.º 587 e doc. n.º 588 (de 1273, novembro, 18); CHANC. D. PEDRO I, doc. n.º 1189 (de 1361, maio, 10); CHANC. D. JOÃO I, Livro I (1), doc. n.º 1186 (de 1386, setembro, 06); Livro II (3), doc. n.º 1372 (de 1401, outubro, 21); CHANC. D. DUARTE, Livro I (1), doc. n.º 23 (de 1433, novembro, 20); CONDE, M.S.A. e VIEIRA, M.A., 2005, pp. 555-588; CUPIDO, A. e BARROS, M., 2006, pp. 173-179; DIAS, L.F.C., 1961-69, I, p. 8 (de 1512, maio, 04); DIAS, P., 1979, pp. 33-36; DS, doc. n.º 100 (de 1195, janeiro, 23) e doc. n.º 117 (de 1199, julho, 05); FERREIRA, M.D., 2011; FONSECA, A.A., 1908, pp. 183-186; FREIRE, A.B., 1909, p. 262; GAMEIRO, P.M., 2018, pp. 242-247; GOMES, P.D. 1993, pp. 174-175; GOMES, R.C., 2003, pp. 129-131; LOPO, A.P. 1987, pp. 119-120; MACHADO, C.H.M., 1998, pp. 151-157; MANSO PORTO, C., 1999, pp. 56-57; OLIVEIRA, N.V., 2010, pp. 411-424; PERES, D., 1969, pp. 223-224; PMH, INQ., p. 1279 (de 1258); PMH, LEGES, p. 725 (de 1272, dezembro, 27) e pp. 731-732 (de 1273, novembro, 18); SALGADO, A.J., 1984, pp. 26-29; VARIZO, A., 1990.



Face oeste da Torre de Menagem

